

HABEAS CORPUS Nº 502.310 - SP (2019/0094556-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
NAYARA ROCHA RINCON - RJ173246
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ISRAEL SEKI

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ISRAEL SEKI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravos Regimentais na ação revisional n. 2217092-46.2018.8.26.0000/50000).

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática de tráfico de drogas e posse irregular de munição de uso permitido, às penas de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 680 dias-multa, e 1 ano e 2 meses de detenção, em regime inicial semiaberto, e pagamento de 10 dias-multa.

Transitado em julgado a sentença, a defesa interpôs ação revisional, que foi indeferida liminarmente por decisão monocrática. Foi interposto, então, agravo regimental, o qual foi desprovido, em acórdão que restou assim ementado, *in verbis* (fl. 53):

AGRAVO REGIMENTAL – Interposição contra decisão monocrática que indeferiu liminarmente a revisão criminal, na forma do art. 168, § 3º, do RITJ – Condenação definitiva pela prática dos crimes de tráfico de drogas e posse irregular de munição de uso permitido – Pretendida a nulidade do processo, absolvição dos delitos, ou compensação da circunstância agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea com relação ao crime de posse irregular de munição - Inviabilidade – Ausência de novas provas - Sanções corretamente aplicadas - Inocorrência de afronta à lei ou ao conjunto probatório – Pleitos que não se enquadram nas hipóteses previstas no art. 621 do Código de Processo Penal – Decisão mantida – Agravo rejeitado.

No presente *mandamus*, a defesa sustenta nulidade processual por violação de domicílio. Aduz que não foi justificada em atos concretos o ingresso na

residência do paciente, não havia fundada suspeita de flagrante delito a autorizar a entrada na residência.

Alega a atipicidade da conduta em relação ao crime de posse ilegal de munição, pois foram encontrados apenas 5 munições calibre 38 e não localizado nenhum armamento.

Busca ainda a compensação da atenuante de confissão com a agravante de reincidência.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a declaração de nulidade do processo, a absolvição pelo crime de posse ilegal de munição e, subsidiariamente, a compensação entre a confissão e a reincidência.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Suficientemente instruídos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator